

Grupos Indígenas e Militares: um levantamento sobre a variação linguística na interlocução entre esses grupos em regiões de fronteira na Amazônia¹

Indigenous Communities and Military Troops: a survey about the linguistic variation in the interaction between these groups in Amazon border region.

Grupos Indígenas y Militares: una búsqueda sobre la variación lingüística en la interlocución entre estos grupos en las regiones fronterizas de la Amazonia

Sergio Ricardo Reis Matos

Mestre em Operações Militares (EsAO)

Mestrando em Relações Internacionais (UMSA-Bolívia)

sergiomatos97@ig.com.br

Sheila Cristina Monteiro Matos

Mestre em Educação (UNIRIO)

Pedagoga do Colégio Brigadeiro Newton Braga, Rio de Janeiro-RJ

sheilammatos@uol.com.br

RESUMO

Esta investigação estuda em que medida a variação linguística entre militares de frações de fronteira e comunidades indígenas influencia a interlocução desses grupos na região amazônica. Para tal, contextualiza a área de estudo; identifica a problemática da educação indígena; caracteriza a variação linguística nesse ambiente; discute a coexistência entre frações militares e comunidades indígenas nessas regiões; e analisa levantamento sobre a temática. Nas considerações finais, infere-se que a não aquisição de conhecimentos sobre fenômenos de variação linguística locais pelo militar, seja servindo em postos na fronteira ou cumprindo missões em operações ou ações cívico-sociais, dificulta sua interlocução efetiva com índios.

Palavras-chave: Amazônia. Diversidade cultural. Frações militares. Sociolinguística.

Recebido / Received / Recebido

05/02/12

Aceito / Accepted / Acepto

23/03/12

¹ Recorte, com adaptações e ampliações, da monografia de especialização "A variação linguística na interlocução entre grupos indígenas e frações do Exército brasileiro: um estudo exploratório sobre esse fenômeno em regiões de fronteira na Amazônia", trabalho orientado pela Prof. Dra. Maria Emilia Barcellos da Silva. Para aprofundar a temática, esta leitura pode ser complementada com os seguintes artigos: MATOS, S. R.; MATOS, S. C. Saberes em diversidade cultural: um olhar exploratório sobre a variação linguística em aldeias indígenas. Revista Científica da Escola de Administração do Exército, Salvador, ano 4, n. 1, 1^o sem. 2008; e MATOS, S. R.; SILVA, M. E. B. A variação linguística entre grupos indígenas e frações do Exército Brasileiro. Educação em Destaque, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2009.

ABSTRACT

This investigation aims to study how the linguistic variation between Military troops' commanders and indigenous communities influences the interaction of these groups in Amazon region. Thus, it contextualizes the area of study; identifies the native education system; characterizes the linguistic variation in this environment; discusses the coexistence between Military personnel and indigenous communities in these regions; and analyses a survey of this interaction. At the end of the essay, it can be concluded that the non-acquisition of knowledge about linguistic variation phenomena by the military personnel makes difficult the effective interaction with Indians.

Keywords: Amazon region. Cultural diversity. Military troops. Sociolinguistic.

RESUMEN

Esta investigación examina en qué medida la variación lingüística entre militares de las fracciones fronterizas y las comunidades indígenas influye en la interlocución de estos grupos en la región amazónica. Para ello, contextualiza el área de estudio; identifica los problemas de la educación indígena; caracteriza la variación lingüística en el entorno; discute la convivencia de las fracciones militares y las comunidades indígenas de estas regiones; y analiza la búsqueda sobre el tema. En las consideraciones finales, se infiere que la no adquisición de conocimientos sobre los fenómenos de la variación lingüística local por el militar, esté sirviendo en las posiciones de frontera o ejecutando tareas en operaciones o acciones cívico-sociales, dificulta su interlocución efectiva con indios.

Palabras-clave: Amazonia. Diversidad cultural. Fracciones militares. Sociolingüística.

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas são, em muitas localidades da Amazônia, principalmente nas áreas lindeiras, a referência local quando se trata de importantes serviços essenciais, tais como segurança, saúde, preservação ambiental, inclusão digital e educação.

A faixa fronteiriça² da Amazônia possui 21 pelotões especiais de fronteira (PEF)³ do Exército, 10 destacamentos de controle de espaço aéreo (DTCEA)⁴ da Força Aérea e 3 capitânias/agências fluviais da Marinha⁵, todos localizados em pontos estratégicos. Mobilizadas por militares, essas frações não são somente as sentinelas avançadas de nossa soberania, mas também auxiliam no desenvolvimento nacional – são efetivos representantes do Estado. A importância dessa presença é corroborada pela Estratégia Nacional de Defesa, que, por exemplo,

possui planos que preveem a implantação de mais 28 PEF até 2021.

Não é difícil deduzir que uma das premissas para que haja o citado desenvolvimento nacional é a interação dessas frações com as comunidades locais. Nesse contexto, surge um cenário bastante distinto para oficiais, suboficiais, subtenentes e sargentos⁶ acostumados com outras regiões: a cultura indígena. Ademais, relevante variável cultural vem à tona – a língua e seus fenômenos conexos, como a variação linguística⁷. Logo, visualizam-se como significativos os reflexos desses fenômenos na interação comunicativa entre o estamento militar e os indígenas.

Nesse contexto, este trabalho tem como questão central o conhecimento da medida em que a variação linguística influencia a interlocução entre militares de frações de fronteira na Amazônia e comunidades

² Considerada área indispensável à Segurança Nacional, compreende, por lei, faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1979).

³ Fração do Exército, nível pelotão (66 homens), destacada em região de fronteira. Sob a legenda de “vida, combate e trabalho”, o PEF é normalmente empregado isoladamente em área de selva, cumprindo missões que envolvem o campo militar (Combate), a sobrevivência (Vida) e a execução de serviços diversos (Trabalho) em favor da própria fração e da comunidade civil que vive nas imediações dos respectivos aquartelamentos.

⁴ São os subcentros operacionais do 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV), cuja missão é exercer a vigilância e o controle da circulação aérea geral na área definida como de sua responsabilidade: as imediações da região amazônica. Nesses destacamentos, estão localizados os meios, sistemas e equipamentos que dão suporte operacional ao CINDACTA IV. Na faixa de fronteira da Região Norte, localizam-se em Guajará-mirim, Tabatinga, Oiapoque, Vilhena, Tiriós, Boa Vista, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista.

⁵ Têm o propósito de contribuir para a supervisão das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à segurança de navegação e à segurança nacional na Amazônia. Na fronteira amazônica, estão em Tabatinga, Boca do Acre e Guajará-mirim.

⁶ De acordo com a observação dos autores, os cabos, soldados e marinheiros, geralmente, são oriundos da mesma área dessas frações de fronteira, não conhecendo outras regiões brasileiras.

⁷ Fenômeno pelo qual uma língua difere de si mesma em razão do *status* social do falante, do local onde se vive ou da época em que é falada.

indígenas. O recorte temporal do estudo é de 1999 a 2009.

Para tal, desenvolveu-se o tema abarcando os seguintes objetivos: apresentar aportes teóricos sobre variação linguística em tribos indígenas; descrever políticas organizacionais e ações das Forças Armadas que legitimam e regulam suas missões nas regiões de fronteira; realizar levantamento com ex-comandantes de frações de fronteira localizados em áreas indígenas por meio de questionários semiestruturados, a fim de corroborar ou refutar ideias inferidas nos objetivos anteriores; e concluir sobre a influência da variação linguística na interlocução entre militares de frações de fronteira na Amazônia e comunidades indígenas.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é exploratório e utilizou, em seu delineamento, o método indutivo por meio de uma abordagem funcionalista.

O método indutivo foi seguido conforme os passos citados por Lakatos e Marconi (2003) ao: observar e relacionar os fenômenos da interlocução entre militares e grupos indígenas da amostra desta pesquisa; e inferir aspectos relevantes a partir dos questionários respondidos.

A abordagem funcionalista, de acordo com Neves (2004, p. 15), refere-se a “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Logo, foi adotada tal abordagem devido à hipotética trama complexa de relações, de adequações e de ajustamentos sociais entre militares e grupos indígenas na fronteira. Assim, buscou-se interpretar a análise de *corpora* a partir do papel que a linguagem desempenha na vida de cada indivíduo envolvido nesta pesquisa.

Quanto aos procedimentos, de acordo com a classificação de Gil (1999), o estudo foi bibliográfico, documental e de levantamento. No levantamento, foram empregados questionários com roteiros semiestruturados, sendo utilizadas ferramentas estatísticas não paramétricas para tabulação, codificação e análise. A técnica de amostragem foi a por tipicidade⁸, tendo sido selecionado o contingente de comandantes de PEF do Exército como amostra típica para o levantamento, por englobar maior amplitude geográfica e representatividade nesse contato.

Assim, esses questionários foram respondidos por uma amostra de militares que estavam realizando o Curso

de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército em 2009. Essa amostra totalizou 28 indivíduos, número superior à atual quantidade de PEF.

Visando à análise, as perguntas fechadas do questionário foram pautadas nos artifícios quantificadores das escalas que medem atitude e opinião (MATOS, 2004). Os dados foram codificados, tabulados e submetidos a testes estatísticos de significância. Ainda foram feitas correlações julgadas necessárias. A regra para decisão dos testes de qui-quadrado foi: se $p_{[\chi^2 c > \chi^2 a]}$ ⁹ < 0,05, há diferença significativa. Para síntese neste trabalho, são citadas apenas se as diferenças foram consideradas significativas ou não.

Algumas perguntas consideram o estudo de Matos e Silva (2009), que, investigando a comunicação entre militares e indígenas em quatro tipos de gêneros textuais (formais e informais), concluíram que em todos os *corpora* havia prováveis ambiguidades no entendimento. Assim, *corpora* desses gêneros foram apresentados aos entrevistados, sendo solicitado aos militares que sinalizassem sua compreensão.

A análise dos dados resultantes das perguntas abertas foi de cunho qualitativo, proporcionando, por intermédio da reflexão e da interpretação das informações, o embasamento para as conclusões.

2 EDUCAÇÃO E LÍNGUAS INDÍGENAS

A sociedade do século XXI exige respeito à diversidade. Culturas distintas, em cooperação mútua, constituem-se verdadeiras alavancas para a busca de justiça, equidade e cidadania.

Na realidade brasileira, a cultura indígena, com comunidades cujas origens antecedem à formação do Estado, não é plenamente valorizada em todos os grupos sociais. Entretanto, sabe-se que essa cultura, com suas crenças e valores, perfaz um emaranhado de saberes que tendem a contribuir para o fortalecimento da cultura nacional (MATOS; MATOS, 2008).

Sabe-se que a língua representa uma das mais destacáveis dimensões de qualquer cultura (SILVA, 2008). Todavia, como será visto no desenvolvimento deste estudo, aprender a falar e a escrever em Língua Portuguesa passou a ser uma necessidade social do índio.

O contato com o não índio determinou que o autóctone aprendesse o Português e influenciou, durante séculos, a utilização de sua língua nativa. Em muitas aldeias, essa influência derrocou a utilização da

⁸ Consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo (GIL, 1999).

⁹ $p_{[\chi^2 c > \chi^2 a]}$ é a probabilidade de rejeitar uma hipótese sendo ela verdadeira.

língua indígena. Das estimadas 1.300 línguas indígenas existentes no Brasil em 1500, o quadro atual é de 181 (CAVALCANTI, 1999; GRUPIONE, 2002).

Contraopondo-se a isso, políticas públicas, pautadas em pressupostos de diversidade cultural, têm sido implementadas a partir de uma maior efetivação do processo ensino-aprendizagem da língua indígena.

Hoje, existe um discurso que se tornou consensual entre o movimento indígena (antropólogos e linguistas) e o sistema oficial de ensino – deve-se primar pela educação plurilíngue, intercultural, específica e diferenciada do índio. A passagem da responsabilidade pela política de educação escolar indígena da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Educação (MEC) é um bom exemplo desse consenso.

Em 1991, concretizando a parte normativa dessa mudança de responsabilidade, o MEC publicou o “Referencial curricular nacional para as escolas indígenas” (MINDLIN, 2004). Após algumas experimentações, percebeu-se que o ensino da Língua Portuguesa poderia ser mais eficaz se as crianças fossem alfabetizadas primeiramente em sua língua de origem e, depois, aprendessem a Língua Portuguesa. Essa metodologia incita uma revalorização das línguas indígenas, ampliando condições para suas formas de expressão oral e escrita (GRUPIONE, 2002; MINDLIN, 2004).

Por exemplo, o ensino no município de Jordão¹⁰ é realizado dentro desses pressupostos de educação plurilíngue. Nas escolas da vila-sede e nas das aldeias indígenas, os autóctones estudam a Língua Portuguesa e a língua nativa. Logicamente, o conteúdo ministrado nas escolas localizadas nas regiões mais perenes da selva sofre os efeitos das diferenças socioculturais da região.

3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Variação linguística é fenômeno pelo qual uma língua difere de si mesma em razão do *status* social do falante, do local onde se vive ou da época em que é falada (BAGNO, 2002; SILVA, 2008). A variação é categorizada em quatro modalidades: social; estilística; histórica ou diacrônica; geográfica ou espacial (ANGELIM; SILVA, 2006).

Sabe-se que esse fenômeno é uma das características perenes em todas as línguas naturais, cujas diferenças são funcionais por servirem de meio de expressão e de entendimentos entre pessoas. As razões de diversificação

podem ser de origem linguística e não linguística (AZEREDO, 2007; MOLLICA, 2004).

No Brasil, a variação linguística possui causas linguísticas e não linguísticas. Causas linguísticas, como a aglutinação das diversas línguas indígenas existentes sobre a Língua Portuguesa, mas principalmente causas não linguísticas, como a grande extensão territorial, as diferenças no campo social e a distinta colonização em cada região, tornaram o “Português Brasileiro” significativamente influenciado pelos fenômenos variacionistas. O resultado disso é que o Brasil é o país que concentra a maior diversidade linguística no subcontinente sul-americano (BAGNO, 2002; CAVALCANTI, 1999).

O que poderia perfazer aquele utópico, porém enriquecedor “emaranhado de saberes” já citado neste estudo, tornou-se motivo de estigmatização. Marcadores regionais, que diversificam a forma fonológica e lexical da língua (*homi*, *bixim*), fazem seus usuários serem frequentemente classificados dentro de pejorativos - o “paraíba”, o “caipira” (CALVET, 2002; SILVA, 2008). A desvalorização desses aspectos regionais não provoca uma interação efetiva, afinal “a depreciação linguística só produz silêncio” (AZEREDO, 2007, p. 31).

Porém, apesar de autores e de o bom-senso valorizar e reconhecer a expressão popular como forma de comunicação extremamente válida e representativa de identidade, é preciso sinalizar, conforme Bechara (2011), que a norma culta reúne mais valores e qualidade, sendo componente determinante para ascensão social, o que pode favorecer um maior equilíbrio social entre grupos, incluindo, por dedução, os autóctones. A norma culta, porquanto, deve ser ensinada nas escolas, inclusive nas indígenas.

Os diversos agentes, linguísticos e não linguísticos, determinam que as línguas indígenas e a Língua Portuguesa faladas por esses autóctones vivam e convivam em um especial processo de variação. Logo, o entendimento de fenômenos variacionistas tende a favorecer a interlocução entre autóctones e não índios. Maher ratifica isso:

Conhecer onde residem estas diferenças [incongruências entre o modo de falar dos índios e não índios] parece-me altamente desejável [...] embora esse conhecimento não garanta, por si só, a existência de um ambiente interacional harmonioso, ele pode contribuir neste sentido. (MAHER, 1996, p. 238)

Abordando esse entendimento, cita-se, como fato não linguístico, que a interação do índio com o não índio

¹⁰ Município relativamente novo no Estado do Acre, que possuía 4.633 habitantes em 2005. O local abriga aldeias dos índios Kaxinawá e descendentes de seringueiros nordestinos oriundos do Ciclo da Borracha do final do século XIX e do século XX (RIBEIRO, 1996). Os índios kaxinawás são a maior população indígena do Acre, perfazendo mais de 4.000 índios, o que representa cerca de 1,6% de toda população indígena no Brasil. Eles vivem em outras 12 terras indígenas (TI), ao longo dos rios Tarauacá, Jordão, Breu, Muru, Envira, Humaitá e Purus (CAVALCANTI, 1999).

alterou sua identidade e sua escala de valores sociais (SEKI, 1993). Na intenção de encontrar seu espaço na sociedade moderna, bem como melhorar seu bem-estar com meios manufaturados, o autóctone passou a valorizar a língua e o imaginário do não índio.

Outro fator não linguístico de variação é a proximidade de aldeias a localidades mais desenvolvidas. Nessa situação, o falar e o escrever regional são também significativamente influenciados, seja por jornais, emissoras de rádio, televisão ou internet (LUCCHESI, 2004b).

Além dessa diversidade entre as regiões de não índios e índios, existe também variação entre os povos indígenas. Cox (1994) e Seki (1993) afirmam que, nesse caso, a Língua Portuguesa passa também a ser um elo entre as comunidades de línguas diferentes, pois os povos indígenas precisam de uma língua comum que torne possível a sua interação e articulação.

Esses aspectos, não linguísticos, determinam a necessidade social de o índio aprender a Língua Portuguesa. Essa demanda é imprescindível para sua reafirmação como cidadão, o que, segundo Maher (1996), não impede que ele possa valorizar sua identidade cultural. Pelo contrário, o uso do Português cria oportunidades de melhor veiculá-la.

Em termos linguísticos, Lucchesi (2004b) afirma que, enquanto a Língua Portuguesa se disseminava pela ação dos colonos e escravos no litoral, línguas indígenas de base tupinambá eram faladas na região do Maranhão e na Amazônia. À medida que o Português chegava nessas regiões, as adaptações causadas pela vivência dos falantes e pela aglutinação da língua de base tupinambá passavam a modificar expressões do Português.

Discorrendo sobre essas modificações, Mindlin (2004) cita termos que, embora sejam compreensíveis, não são tão usuais na língua mais utilizada nos grandes centros, como “tirar” para “subtrair”, “juntar” para “somar”. Em certas regiões indígenas, um indivíduo não local deve se adaptar e utilizar esses termos para que alcance uma comunicação eficiente.

A recíproca também é real. Maher exemplifica a partir de *corpus* de professores kaxinawás:

Nós falamos a nossa língua, [...] a gente fala remendando umas palavras da Língua Portuguesa. A gente mistura um pouco. Algumas palavras que a gente diz só correta a Língua Portuguesa tem. Tem muitas coisas que a gente não sabe como a gente pode chamar o nome, né? [...] Cavalo¹¹ foi traduzido pelo equivalente em kaxinawá a ‘tamanduá grande’, café se tornou ‘caçuma preta’. (MAHER, 1996, p. 131-132)

Em outra pesquisa, Cox (1994, p.24) relata a dificuldade de um professor indígena de Português,

¹¹ Cabe destacar que o cavalo não é um animal típico da Amazônia.

atuando em aldeias, ensinar o gênero da pessoa, dada a compreensão anterior desse discente em sua língua nativa: “Então aí chega dificuldade, onde eles não sabem o que coloca se é *o* ou se *a*. Eu explico, explico, mas na hora que ele vai escrever, ele troca, escreve ‘a menino’, ‘o escola’”. Situações como essas também podem trazer ao índio dificuldades na comunicação com o não índio.

No Acre, por exemplo, a colonização foi motivada, prioritariamente, pelo interesse econômico da exploração da borracha. Muitos índios, a partir desse contato, foram trabalhar em seringais (RIBEIRO, 1996). Em consequência, o Português desse índio não recebeu as influências do considerado padrão culto, muito menos foi introduzido por meio de um processo que pudesse fomentar seu letramento. O aprendizado, sim, foi imposto pela cristalização da fala rude e da escrita defectiva de seringueiros, aventureiros e comerciantes sobre a língua preexistente (LUCCHESI, 2004a).

Verifica-se, destarte, que os fenômenos variacionistas são bastante diversificados quando se trata da diversidade indígena. “Compreender a diferença, ser capaz de analisá-la e saber lidar com ela nas relações interpessoais” (AZEREDO, 2007, p. 31) são aspectos desejáveis para a efetivação de uma interlocução eficiente entre os indígenas e qualquer grupo.

4 OS MILITARES E AS COMUNIDADES INDÍGENAS

Quando se fala em militares e comunidades indígenas, é relevante destacar as expedições do Marechal Cândido Mariano Rondon entre 1907 e 1915, e sua legenda, “morrer se preciso for, matar nunca”.

O indigenista Ribeiro (1996, p. 136) ressaltou o trabalho de Marechal Rondon como um ponto de inflexão no contato entre os índios e a civilização:

Mesmo os missionários mais piedosos que evangelizaram os índios do Brasil quinhentista jamais abriram mão do braço secular. Ao contrário, sempre apelaram para ele como único caminho para subjugação do gentio, condição para sua catequese. Em Rondon, era o próprio braço secular, era o próprio Exército que, em marcha pelos territórios indígenas, abria mão de sua força para se tornar ternura e compreensão [...] sua legenda [...] é o ponto mais alto do humanismo brasileiro. (RIBEIRO, 1996, p. 136)

As corajosas ações de Marechal Rondon nas comunidades indígenas da selva amazônica demonstraram que esse contato é possível não somente se respeitando a cultura local, mas também se prestando uma assistência efetiva, sem interesses que determinassem a subjugação do autóctone. De forma diferente ao que o então senso

comum rezava, o Marechal defendia a ideia de que os índios não eram racialmente inferiores, e sim viviam em um estágio de evolução social atrasado.

Dessa maneira, Rondon criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1910, órgão responsável pela integração das sociedades indígenas e pela proteção de suas terras. Além disso, entre 1907 e 1915, Rondon se destacou por seus estudos etnográficos, elaborando um glossário com as expressões nativas mais faladas por Tupy-Tacuatepes, Nhambiguaras, Kepkeris, Terenas, Bororos e Parecis (FONSECA; REZENDE, 2010).

Seus exemplos de coragem e de humanismo¹², muito mais do que formaram opiniões, conquistaram corações e mentes de índios e não índios, que a cada dia o seguiram com mais afinco e com mudança de atitude.

Quando o Marechal passou para a reserva, ele se dedicou ainda mais à causa indígena, sendo aclamado presidente honorário do Conselho Nacional de Proteção aos Índios em 1939, instância criada com a finalidade de fiscalizar o SPI e defender os direitos dos autóctones. Em 1952, Rondon ainda testemunhou a criação de um de seus sonhos, o Museu do Índio, entidade que passou a divulgar a cultura indígena (FONSECA; REZENDE, 2010).

Reflexos das ações de Rondon alcançam as políticas das Forças Armadas até hoje. Por exemplo, o documento “Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas” (BRASIL, 2003), em vigor, prescreve que Marechal Rondon é o paradigma nesse relacionamento.

Considerando as atuais missões constitucionais das Forças Armadas, Visacro ordena pontos convergentes de interesse no relacionamento entre militares e índios, que determinam, muito além de uma coexistência pacífica, uma cooperação mútua:

- segurança da população local, especificamente em questões sensíveis como o combate a ilícitos transnacionais (sobretudo, o narcotráfico), à atuação de grupos insurgentes de países vizinhos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, por exemplo, dentre outros problemas de segurança que afligem as comunidades indígenas;
- proteção ao meio ambiente, como o combate à extração ilegal de madeira, à existência de garimpos clandestinos e outras formas de degradação ambiental em terras indígenas (TI);
- proteção do conhecimento tradicional indígena (repressão à bio-pirataria); e
- proteção das etnorregiões, particularmente aquelas localizadas sobre o arco fronteiro norte. (VISACRO, 2007, p. 30)

Visacro ainda lembra que, para frações de fronteira cumprirem suas missões em ambientes de peculiar

diversidade cultural, é necessário um meticoloso estudo sobre a cultura local e suas particularidades.

Não pode haver tolerância à ignorância cultural de jovens oficiais e soldados na linha de frente, cujas palavras e ações podem afetar os resultados estratégicos [...] No decorrer da história, as forças militares convencionais raramente tiveram êxito em operações realizadas nas regiões onde as culturas nativas eram significativamente diferentes das suas (SARGENT apud VISACRO, 2007, p. 5).

Nesse aspecto, a doutrina das Forças Norte-Americanas em suas atuais campanhas denota que o êxito no cumprimento de missões depende de uma detalhada compreensão da sociedade e da cultura local. Mesmo atuando em uma simples tribo, cada militar deve entender: a organização dessa sociedade; as relações e as tensões entre os grupos existentes; as ideologias, os valores e as motivações desses grupos; bem como os fatores para a comunicação efetiva (ESTADOS UNIDOS, 2006).

No aspecto interlocutivo, o militar estadunidense identifica que a comunicação efetiva requer muito mais que intérprete, fluência verbal ou conhecimento técnico na língua local. Ele considera como altamente relevante “analisar as diferenças sociais e suas consequências no comportamento e na expressão oral de uma sociedade, o que, certamente, envolve fenômenos de variação linguística” (MATOS; SILVA, 2009, p. 30-31).

Verifica-se, portanto, que as forças norte-americanas, mesmo atuando com os melhores recursos tecnológicos, percebem, atualmente, que não há sucesso sem a compreensão da diversidade cultural em uma área de operações.

De forma oficial, uma das diretrizes das Forças Armadas para o relacionamento com as comunidades indígenas aborda os seguintes aspectos conexos a este trabalho (BRASIL, 2003):

- é fundamental que todos os militares compreendam que o índio é o elemento nativo da terra, tendo seus costumes, organização, línguas e crenças reconhecidas e respeitadas; e
- devem-se inserir nos currículos das Escolas de Formação e Aperfeiçoamento assuntos referentes às comunidades indígenas no Brasil.

Delimitando aspectos macros dessa Diretriz, Siqueira (2008) cita normas de conduta que são mais específicas, tecendo as seguintes prescrições:

- a conduta do militar deve ser pautada na honestidade e na sinceridade, procurando conduzir a relação com bases na confiança e na cooperação mútua;

¹² Em 1913, Rondon foi alvejado por índios Nambikwara. Mesmo ferido, conteve sua tropa e não revidou o ataque. De forma pacífica, buscou o contato. Meses depois, a expedição e os Nambikwara se confraternizavam e cooperavam (RIBEIRO, 1996).

- o militar deve saber que cada etnia possui história própria. Isso ocorre mesmo quando essas etnias dividem o mesmo espaço geográfico. Uma cultura nunca é igual à outra;

- é imprescindível ter o cuidado para não se depreciar a cultura local, mesmo que involuntariamente. A demonstração de interesse pelos saberes indígenas e suas tradições são importantes para o cumprimento das missões;

- deve-se demonstrar interesse pela língua nativa, aprendendo algumas palavras e frases. Para aqueles militares que guarnecem frações de fronteira, o ideal é aprender o idioma local.

Observa-se, portanto, que a normativa orienta que o contato do militar com o autóctone deve levar em relevância as características e a diversidade de cada grupo. Mais competente é aquele grupo militar que conhece as especificidades geográficas, históricas, legais e culturais da comunidade indígena em contato, incluindo aí a sua língua.

Na preparação dos homens, deve ser dada ênfase às instruções dos indivíduos que trarão contato. Segundo Siqueira (2008), essas instruções devem ser embasadas em estudos científicos e estar de acordo com as legislações em vigor. Por seu turno, Visacro (2007) atesta que o preparo deve se fundamentar em noções de Indigenismo, calcadas em Ciências Sociais como a Antropologia e a Sociologia, e pela estrita observância dos dispositivos legais vigentes. Por essas observações, cresce de importância o aspecto da Diretriz sobre inserir nos documentos de currículos das escolas militares assuntos referentes às comunidades indígenas no Brasil.

Após descrever as políticas organizacionais e enumerar aspectos da sistemática do contato, cabe discutir sobre o estado atual do quadro de relacionamento entre militares e autóctones.

Em geral, conforme Barroso Filho (2007), existe um quadro de harmonia e de cooperação mútua entre o índio e o militar. Como cidadão brasileiro, o índio que vive nas proximidades das frações de fronteira é convocado para prestar o Serviço Militar. Isso confere oportunidades aos índios, particularmente em sua habilitação profissional, bem como permite às Forças Armadas empregarem o melhor recurso humano daquele ambiente.

Da análise do estudo de Mélega (2001), dentre diversos fatores, verifica-se que 39,7% dos militares incorporados em São Gabriel da Cachoeira, em 2001, eram indígenas, todos voluntários; e que o serviço militar é uma oportunidade, vista pelo índio, para que ele consiga adquirir bens materiais, ter refeições rotineiras e salário garantido enquanto está na Força. Logo, o índio que serve à Pátria possui um *status* diferenciado na comunidade local.

Apesar disso, Visacro (2007) afirma que essa relação tem sido prejudicada pelo preconceito e desconhecimento mútuos, pela interposição de outros atores sociais e, até mesmo, pela ausência do Estado, onde ele se faz necessário. Logo, a implementação de ações de cooperação mútua é imprescindível para a manutenção dos paradigmas de Rondon.

Destarte, para que o comandante cumpra melhor suas missões constitucionais, é necessário que se comunique de forma efetiva com as comunidades autóctones. Para tal, o conhecimento e o respeito à diversidade sociocultural presente tornam-se princípios, crenças e valores básicos.

5 LEVANTAMENTO COM MILITARES EX-COMANDANTES DE PELOTONS ESPECIAIS DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

O levantamento com ex-comandantes de PEF foi realizado a partir da análise das respostas de um questionário com perguntas fechadas e abertas.

Considerando que:

A complexidade das áreas de operações [...] na região amazônica apresenta desafios aos comandantes de PEF [em que], por vezes, [...] se deparam com situações fora do contexto da doutrina militar, as quais não aprendem nos bancos escolares (OLIVEIRA, 2008, p. 28),

pode-se deduzir que tal levantamento traz aspectos importantes para o entendimento do Comandante de PEF, que podem não ter sido compartilhados na Academia, nem descritos, de forma aplicada, em publicações. De forma semelhante, tais aspectos são deduzidos como importantes para os militares dos DTCEA e das Capitânicas, Delegacias e Agências da Marinha.

O que chamou atenção, logo de início, foi que *todos* os ex-comandantes de PEF travaram contato com comunidades indígenas em locais dos mais variados, a saber: Ipiranga, Alto Javari, Japurá, Querari, São Gabriel da Cachoeira, Auaris, Yauaretê, Maturacá, Vila Bittencourt, Pari-Cachoeira, Tabatinga, Estirão do Equador, Cucuí, Uiramutã, Normandia, Surucucus, Forte Príncipe da Beira, Tiriós, Guajará-mirim, Clevelândia do Norte (Oiapoque), Assis Brasil, Jordão, Santa Rosa do Purus e Tarauacá. Cabe destacar que existe DTCEA da Força Aérea em São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Guajará-Mirim, Oiapoque e Tiriós, bem como a Capitania Fluvial de Tabatinga e a Agência Fluvial de Guajará-Mirim, incrementando as oportunidades de contato nessas localidades.

Tal constatação ratifica a ideia de existir uma coexistência contínua entre militares e comunidades indígenas, corroborando a importância de estudos que versem sobre esse relacionamento social.

Para melhor entendimento do leitor, o quadro a seguir descreve quais aspectos foram estudados nessa pesquisa, com seu respectivo instrumento de ilustração. Estes aspectos constaram nas perguntas aos entrevistados.

Aspecto estudado	Instrumento
Línguas utilizadas pelos indígenas	Gráfico 1
Línguas ensinadas na escola	Gráfico 2
Tipo de contato com os indígenas	Gráfico 3
Necessidade de intérpretes	Gráfico 4
Necessidade de os militares aprenderem a língua nativa	Gráfico 5
Necessidade de incorporação do índio do serviço militar	Gráfico 6
Necessidade de conhecimento sobre as diferenças socioculturais	Gráfico 7
Variedades de entendimentos entre os indivíduos da amostra	Tabela 1

Quadro 1: Aspectos verificados nos questionários.

Os gráficos seguintes denotam características da amostra quanto às línguas utilizadas pelos indígenas e às línguas ensinadas na escola:

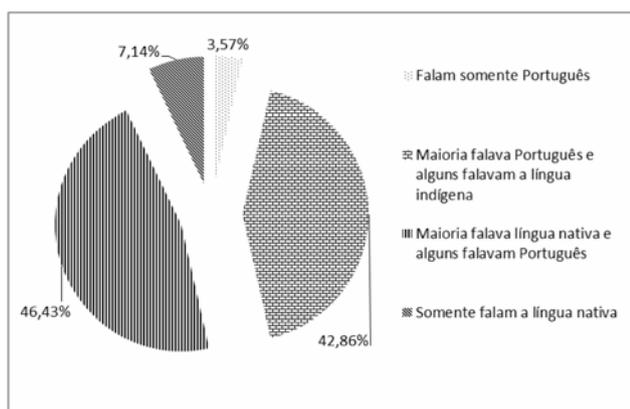


Gráfico 1: Línguas utilizadas pelos indígenas.

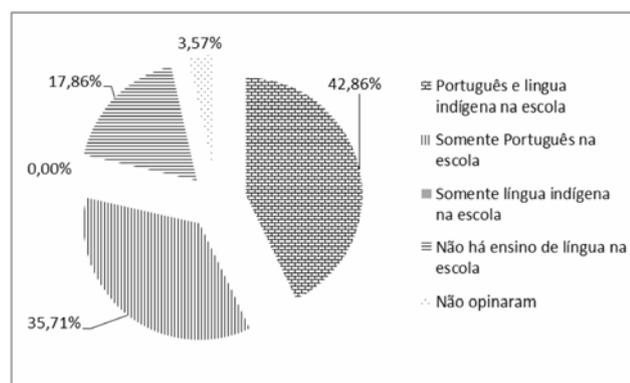


Gráfico 2: Línguas ensinadas na escola.

O gráfico “Línguas utilizadas pelos indígenas” revela que línguas indígenas são faladas em mais de 95% da amostra, e que quase 90% das aldeias são bilíngues.

Pelo gráfico “Línguas ensinadas na escola”, observa-se que mais de 78% dos índios estudam Português na escola; e que todos aqueles que estão na escola estudam a língua oficial do País. Não é possível afirmar se há diferenças entre os índices de quem estuda somente Português na escola daqueles que têm educação plurilíngue.

O gráfico seguinte ilustra o tipo de contato que os militares entrevistados tiveram com os indígenas.

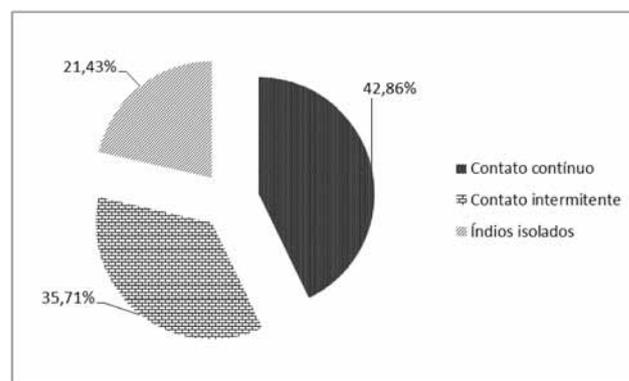


Gráfico 3: Tipo de contato com os indígenas.

Inferese, interpretando esses três gráficos, que, além de existir uma coexistência contínua entre militares e índios, estes, em geral, são bilíngues e estudam Português na escola.

Ademais, foi possível fazer uma correlação entre o nível de contato da comunidade indígena e o tipo de ensino de língua na escola. Para tal, foi utilizado o Teste Não Paramétrico de Yule¹³ (MATOS, 2004). Constatou-se que essa correlação é negativa substancial, o que permite generalizar que: quanto menos em contato contínuo estão os índios, mais real é a educação plurilíngue.

Como se percebe no gráfico 3, o levantamento revela que cerca de 7% das tribos em contato falam somente o idioma indígena. Sobre a utilização de intérpretes, verificou-se um equilíbrio entre as sentenças (46,4% versus 53,6%), o que não permite inferir diferenças significativas.

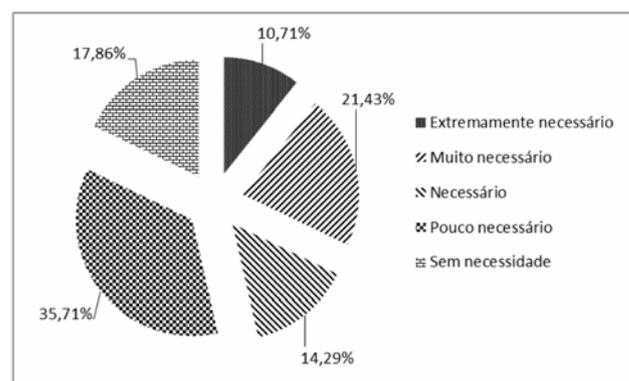


Gráfico 4: Necessidade de intérpretes.

¹³ Procedimento estatístico, não paramétrico, que determina a força da relação entre variáveis por meio de um coeficiente (Q). Quanto mais próximo de 1 é Q, maior a correlação. Quanto mais próximo de 0, nula é a correlação.

Utilizando o teste de Yule, verifica-se uma correlação negativa moderada entre o grau de contato e a necessidade de intérpretes – quanto menos integrada é uma comunidade, maior é a necessidade de intérpretes.

As justificativas dos entrevistados fornecem importantes dados sobre isso:

- em comunidades de contato contínuo, a utilização de intérpretes era importante para se saber qual era a real percepção do índio em relação ao militar, nas ocasiões em que o autóctone se comunicava com outro em sua língua nativa;

- em aldeias de contato intermitente, o uso de intérpretes era muito necessário porque muitas expressões ou palavras não eram compreendidas ou eram mal interpretadas ou para que os índios entendessem prescrições de um médico quando as Forças Armadas apoiavam as comunidades por meio de ações cívico-sociais;

- em tribos isoladas, a comunicação sem intérpretes era inviável.

Nas seções anteriores, foi visto como ideal que o militar que serve em fração de fronteira aprenda o idioma autóctone, o que, em tese, poderia dispensar o uso de intérpretes. O gráfico 5 ilustra a percepção dos entrevistados.

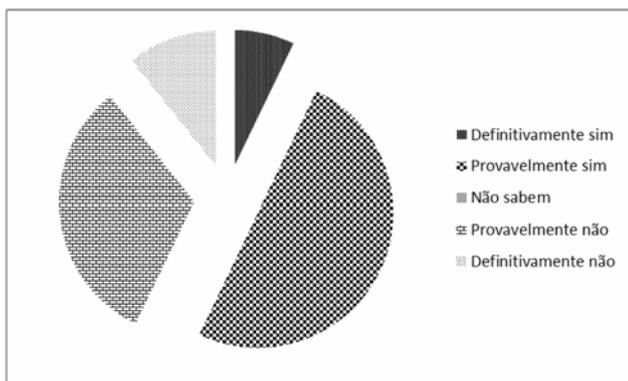


Gráfico 5: Necessidade de os militares aprenderem a língua nativa.

Os 57,14% de percepções positivas em relação ao militar aprender a língua indígena não permitem afirmar se tal proporção é significativa em relação àqueles que têm a percepção negativa.

Conquanto, aplicando o teste de Yule entre esses dados e aqueles sobre a necessidade de intérpretes, observa-se a existência de uma correlação positiva moderada, da qual se infere: quanto maior a percepção de que há necessidade de intérprete na comunicação entre militares e índios, maior é o entendimento de que o militar deva aprender o idioma indígena.

Aqueles que acreditam que o militar deva aprender a língua autóctone fizeram os seguintes comentários:

- devem-se utilizar os dialetos nas comunicações;
- um intérprete pode deturpar o real significado dos discursos;

- essa aquisição demonstra uma identificação cultural, o que gera empatia e otimiza a interação quando se reúne com líderes; e

- tal como acontece com o uso de intérpretes, esse conhecimento também facilitaria entender a real percepção do índio em relação ao militar quando o autóctone dialoga com outro em dialeto indígena.

As observações daqueles que não acreditam incluem o seguinte: sempre haverá militares incorporados que são oriundos das tribos e fluentes na língua indígena, o que dispensaria que outros conhecessem o idioma; e que, devido à rotatividade de oficiais e sargentos nessas frações, pode não haver tempo útil para que o militar realmente aprenda o dialeto.

Sobre esses índios que são incorporados, a avaliação sobre a importância desse evento foi altamente favorável (100%). Nas justificativas, verificaram-se os seguintes comentários:

- o índio é, acima de tudo, brasileiro;
- a incorporação permite a criação de um laço de empatia entre o quartel e a comunidade indígena;

- os autóctones militares podem ser treinados para serem intérpretes;

- os índios são exímios conhecedores da região e estão totalmente ambientados para o adestramento militar em área de selva; e

- o serviço militar permite disseminar conhecimentos sobre Pátria e Nação Brasileira, em regiões onde o Estado tem pouca representatividade.



Gráfico 6: Necessidade da incorporação do índio no serviço militar.

Ressalta-se que alguns entrevistados também afirmaram que, antes do alistamento militar, deve-se

compreender o comportamento de cada etnia para que não seja gerado um choque cultural.

Referindo-se à compreensão cultural de cada etnia, uma pergunta da entrevista parafraseou a assertiva do Manual Norte-americano *Counter-insurgency*: a comunicação efetiva com o índio requer muito mais que um intérprete ou conhecimento técnico na língua local. É imprescindível analisar as diferenças socioculturais de sua sociedade (ESTADOS UNIDOS, 2006).

Os resultados estão representados no seguinte gráfico:

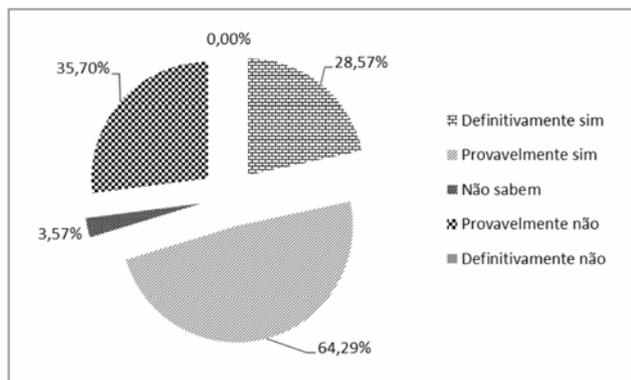


Gráfico 7: Necessidade de conhecimento sobre as diferenças socioculturais.

Com isso, pode-se afirmar que os comandantes de fronteira têm a noção de que é necessário conhecer aspectos socioculturais para uma interlocução efetiva. Eles fizeram as seguintes observações:

- há diferenças na cultura e nas crenças entre cada aldeia;

- o conhecimento linguístico, por si só, não conduz à sabedoria ou ao desprendimento necessário para a solução de questões locais;

- o índio, por meio de certas atitudes, demonstra o que ele pensa sem falar;

- o conhecimento sociocultural gera confiança no índio contatado;

- mesmo conhecendo a língua, somente a convivência aproximada permite a interlocução real;

- a comunicação envolve o respeito a costumes dos índios. Essa noção permite ao comandante a percepção de não lhes impor padrões não índios e facilita entender seus objetivos e interesses.

Qual seria, portanto, o melhor método para um comandante adquirir esses conhecimentos, pela tradição ou por meio do ensino de ciências aplicadas?

Inferese-se que os comandantes de pelotão veem como necessária a aquisição do conhecimento a partir de ciências aplicadas. Ainda houve as seguintes observações sobre essa aquisição:

- o comandante de fração vive no mesmo espaço geográfico que o índio;

- o militar não tratará o índio de maneira etnocêntrica ou romântica¹⁴, bem como realizará suas atividades calcadas em aspectos legais;

- o comandante enfrentará problemas diversificados envolvendo aspectos socioculturais, dos quais o conhecimento indigenista é chave para decisões;

- o militar adquire um cabedal de conhecimentos que lhe confere segurança perante atitudes que podem causar suscetibilidades à cultura e às crenças indígenas, tornando-o um agente multiplicador desse conhecimento.

Outras perguntas sinalizam especificamente aspectos de variação linguística. Os resultados do estudo de Matos e Silva (2009) investigando a comunicação entre militares e indígenas em quatro tipos de gêneros textuais (formais e informais), concluíram que em todos os *corpora* havia prováveis ambiguidades no entendimento. Foram expostos ao entrevistado trechos de comunicação (escrita e oral) entre militares e autóctones, sendo solicitado ao respondente que descrevesse sua compreensão. Como essas frases estavam em documentos e anúncios públicos, elas, em tese, dentro de uma visão funcionalista, possuem um modo de organização do discurso¹⁵ classificado como injuntivo. Em outras palavras esse modo do discurso, deve possuir uma linguagem simples, objetiva e didática, que evite ambiguidades que possam comprometer o seu propósito (PEREIRA et al, 2006), refletindo o uso comum do Português na região.

Por exemplo, a frase do *corpus* “Osamento de dinheiro para o motorista”, que na região estudada tem um significado único, ou seja, não está no processo de aquisição da língua pelo autóctone, teve os seguintes entendimentos para os militares: pagamento para motorista (A), empréstimo de dinheiro para o motorista (B) e orçamento com o motorista (C). Nesse contexto, os questionamentos resultaram no seguinte:

De acordo com a tabela anterior, observa-se que cerca de 29,3% (68 de 231) das frases não foram compreendidas e que todos os *corpora* tiveram, pelo menos, três tipos de entendimentos distintos. Porquanto, a variedade de compreensão dificulta a interlocução efetiva desses grupos.

¹⁴ A atitude etnocêntrica vê os índios como seres primitivos. A romântica os percebe como seres bizarros, dignos de serem mantidos e apresentados como raridades (RIBEIRO, 1996).

¹⁵ Expressão utilizada para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição e pela função que desempenha no conjunto, abrangendo categorias como narração, exposição, descrição, injunção e diálogo (PEREIRA et al, 2006).

Corpus	Variedade de entendimentos							Não entendimento
	A	B	C	D	E	F	G	
Morreu sua filha Júlia faz anos?	6	7	11	-	-	-	-	2
É obrigação da liderança que responsabilizar a comunidade de acordo com a Lei 6001 que demanda o Estatuto	5	9	1	1	1	-	-	9
Tem dois professor, liderança, tem dezesseis membros que está funcionando aqui	1	6	1	9	4	1	1	2
Da alimentação para o motorista	1	9	1	-	-	-	-	15
Osamento de dinheiro para o motorista	8	1	5	-	-	-	-	12
Reunir com seus camarada	15	1	2	1	-	-	-	6
Não encomoda as pessoas estranhos bebida	13	1	2	1	2	-	-	7
Avaliação do motorista para os passageiro	14	2	1	-	-	-	-	9
Totais	64	37	34	14	8	3	3	68=29,3%

Tabela 1: Variedades de entendimentos entre os indivíduos da amostra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu estudar em que medida a variação linguística entre militares de frações de fronteira e comunidades indígenas influencia a interlocução desses grupos na região fronteira da Amazônia.

Um dos grupos com o qual as comunidades indígenas mais interagem são as frações militares. Existem quartéis militares que, cumprindo suas missões constitucionais, estão estabelecidos em locais onde a população predominante é indígena. Da mesma forma, índios são incorporados ao serviço militar, o que lhes confere melhores oportunidades na sociedade.

Desse relacionamento, foram verificados pontos convergentes de interesse, em que a Língua Portuguesa é o passaporte entre esses grupos. Para tal, é necessário que o militar compreenda as diferenças socioculturais, seja capaz de analisá-las e saiba lidar com elas nas relações interpessoais.

No levantamento, foi observado que a interação entre índios e militares requer muito mais que

intérprete, fluência verbal ou conhecimento técnico na língua local. É imprescindível analisar as diferenças sociais e suas consequências no comportamento e na expressão de uma sociedade, já que o conhecimento linguístico, apesar de facilitar, não traz, por si só, o conhecimento ou o desprendimento necessário para a solução de questões locais.

Em que medida a variação linguística entre militares e comunidades indígenas influencia a interlocução desses grupos na região fronteira da Amazônia? Em suma, o estudo sinalizou que cerca de 29,3% das frases do levantamento não foram compreendidas e que todos os *corpora* tiveram, pelo menos, três tipos de entendimentos distintos. Assim, infere-se que, estando o militar servindo em frações ou destacamentos na fronteira, ou mesmo quando for cumprir missões em operações ou ações cívico-sociais, sua não aquisição de conhecimentos sobre fenômenos locais sociais e de variação linguística dificulta a interlocução efetiva com esses índios.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, R; SILVA, E. O ensino de língua portuguesa: da heterogeneidade linguística à prática em sala de aula. In: PAULIUKONIS, M.; SANTOS, L. **Estratégias de leitura: texto e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 69-79.

AZEREDO, J. C. A quem cabe ensinar a leitura e a escrita? In: PAULIUKONIS, M.; GAVAZZI, S. **Da língua ao discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 2002.

BARROSO FILHO, J. Os pelotões especiais de fronteira: segurança e integração na Amazônia. **Portal**

Amazônia, Manaus, 2007. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com/>>. Acesso em: 08 mar. 2009.

BRASIL **Lei nº 6.634**, de 02 de maio de 1979. Brasília, DF, 1979.

_____. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Estado-Maior do Exército. **Portaria Nº 020-EME**, de 02 de abril de 2003. Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas. Brasília, DF, 2003.

BECHARA, E. Em defesa da gramática. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 2219, ano 44, n. 22, p. 21-25, 1 jun. 2011. Entrevista feita por Roberta de Abreu Lima.

- CALVET, L. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAVALCANTI, M. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D. E. L. T. A.**, São Paulo, v. 15, número especial. p. 385-417, 1999.
- COX, M. I. P. **Professores indígenas de Mato Grosso e o ensino de Português**. Cuiabá: UFMT, 1994.
- ESTADOS UNIDOS. Army. **FM 3-24**: counterinsurgency. Washington, DC, 2006.
- FONSECA, A. C.; REZENDE, T. M. **As cadernetas de Rondon**: testemunhos de uma epopeia pelos sertões do Brasil. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRUPIONI, L. D. B. **Educação escolar indígena**: formação de professores. Rio de Janeiro: Salto para o futuro, 2002.
- LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUCCHESI, D. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil**. Salvador: UFBA/CNPQ, 2004a.
- _____. **Grandes territórios desconhecidos**. Salvador: UFBA/CNPQ, 2004b.
- MAHER, T. M. **Ser professor sendo índio**: questões de língua(gem) e identidade. 1996. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística)–UNICAMP, Campinas, 1996.
- MATOS, S. R. **Instrumentos de medida nas pesquisas de campo quantitativo-descritivas por amostragem probabilística**. 2004. 160 f. Monografia (Especialização em Matemática e Estatística)–UFLA, Lavras, 2004.
- MATOS, S. R.; MATOS, S. C. Saberes em diversidade cultural: um olhar exploratório sobre a variação linguística em aldeias indígenas. **Revista Científica da Escola de Administração do Exército**, Salvador, ano 4, n. 1, 1º sem. 2008.
- MATOS, S. R.; SILVA, M. E. B. A variação linguística entre grupos indígenas e frações do Exército Brasileiro. **Educação em Destaque**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, 2009.
- MÉLEGA, R. P. **À margem das culturas**: um estudo de casos de índios brasileiros marginais. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2001.
- MINDLIN, B. A política educacional indígena no período 1995-2002. **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v.1, n.2, p.101-140, dez. 2004.
- MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. In: _____; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 27-31.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, M. **A liderança militar nos pelotões especiais de fronteira**. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento em Operações Militares)–EsAO, Rio de Janeiro, 2008.
- PEREIRA, C. et. al. Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: PAULIUKONIS, M.; SANTOS, L. **Estratégias de leitura**: texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 27–58.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEKI, L. (Org.). **Linguística indígena e educação na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- SILVA, M. E. B. **Curso de língua portuguesa**: variação linguística. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2008.
- SIQUEIRA, F. **O emprego da inteligência cultural nas operações de reconhecimento e avaliação da área em terras indígenas na Amazônia**. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento em Operações Militares)–EsAO, Rio de Janeiro, 2008.
- VISACRO, A. **Inteligência cultural e temática indígena**: perspectivas para a defesa da Amazônia. Manaus, 2007. Mimeo.